



CLIPPING INTERNET
27/10/2021 ATÉ 27/10/2021



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE O PROGRESSO.....	1
2	CEMULHER	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	2
3	COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	3
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG DANIEL MATOS.....	4
	4.2 BLOG REPÓRTER TEMPO.....	5
	4.3 BLOG SILVIA TEREZA.....	6
	4.4 BLOG SJNOTÍCIASMA.....	7
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	8
	5.2 SITE NOCA.....	9
6	FALECIMENTO	
	6.1 SITE IMIRANTE.COM.....	10
	6.2 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	11
	6.3 SITE O MARANHENSE.....	12
	6.4 SITE PORTAL GUANARÉ.....	13
7	PRESIDÊNCIA	
	7.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	14
	7.2 BLOG DO EDUARDO REGO.....	15
	7.3 SITE O MARANHENSE.....	16
8	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	8.1 BLOG KIM LOPES.....	17

Governo Flávio Dino retoma no STJ posse de imóvel no Distrito Industrial de São Luís doado pela Ambev

Terreno alvo da disputa judicial entre o governo do Maranhão e particulares é localizado no Distrito Industrial de São Luís

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, suspendeu, na última segunda-feira (25), a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que manteve a posse de um empresário sobre imóvel localizado no Distrito Industrial de São Luís, na BR-135, recebido no âmbito de programa de fomento econômico, apesar da inexistência de investimentos ou empregos no local.

Com a decisão do STJ, o imóvel, doado pela AmBev ao governo maranhense, deverá ser desocupado, para que a administração estadual possa lhe dar outra destinação.

“O imóvel vem sendo subutilizado, já que se constatou que os particulares que o ocupam não fizeram nenhum investimento gerador de empregos, quando comparado aos investimentos envolvidos no programa de fomento feito pelo Estado em parceria com outras empresas privadas”, afirmou o ministro.

O empresário ajuizou ação rescisória para desconstituir acórdão do TJMA que havia determinado a reintegração de posse em favor do Estado e a desocupação do imóvel. A liminar concedida pela corte estadual, em decisão monocrática, suspendeu a desocupação, mantendo o autor da rescisória na posse do bem.?????????

No pedido de suspensão da liminar, o governo do Maranhão afirmou que a decisão configura lesão à ordem e à economia públicas, pois impede “a consecução de programa de fomento do desenvolvimento econômico e social” que busca “atrair investimentos e a consequente geração de empregos para uma das unidades da Federação econômica e socialmente mais deficitárias”.

Investimentos e empregos no futuro

Segundo o ministro Humberto Martins, os documentos e argumentos apresentados no pedido de suspensão demonstram que a decisão liminar proferida pelo TJMA prejudica o desenvolvimento econômico e social da região, “possibilitando que o imóvel em questão continue sendo utilizado por particular, em detrimento da implantação de projetos públicos de investimento da ordem de R\$ 22 milhões, com geração de mais de 430 empregos”.

“O requerente demonstrou, de maneira inequívoca, a grave lesão à ordem administrativa ou à economia pública, decorrente da manutenção impugnada, que bloquearia o desenvolvimento econômico da região e impediria o Estado de desenvolver política pública relevante e que envolve vultosas quantias em investimentos”, acrescentou Martins.

Leia aqui a decisão.

Em Timon, CGJ-MA discute avanço tecnológico em visita técnica

Equipe também esteve no 1º Ofício de Timon

Debates acerca do uso das tecnologias de informática marcaram o tom da conversa realizada entre o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, e representantes da magistratura da Comarca de Timon. O encontro aconteceu na tarde dessa terça-feira (26/10), no Fórum da Cidade e faz parte do Projeto de Visitas Técnicas da Corregedoria Geral da Justiça, que acontece na Região dos Cocais até a próxima quinta-feira.

Na abertura da reunião com juízes e juízas, Velten enalteceu o trabalho da magistratura maranhense, especialmente durante o difícil período da pandemia. O corregedor ressaltou, no entanto, a necessidade de manter o padrão de atendimento alcançada e de buscar de forma permanente o aprimoramento do serviço prestado aos cidadãos.

Dentre os assuntos debatidos no encontro, destaque para as demandas relacionadas a sistemas de gerenciamento de informações utilizadas na rotina diária das varas e do juizado da Comarca. Algumas funcionalidades em programas informatizados foram sugeridos, a exemplo da continuidade da contagem temporal quando o inquérito não está tramitando na vara criminal.

Cooperação entre tribunais para permissão de acessos a sistemas da Justiça também foram tratados. Localizada a 428 Km de São Luís, Timon faz divisa com Teresina, proximidade que, segundo magistrados locais, possibilitaria uma atuação conjunta entre Judiciário maranhense e piauiense para a troca de informações essenciais ao bom funcionamento da Justiça.

Para o desembargador Velten, o advento da tecnologia trouxe vantagens em curto espaço de tempo e, ao mesmo tempo, desafios que precisam ser enfrentados. Ele destacou que ainda há muito o que avançar na área de tecnologia, principalmente na integração de bancos de dados nacionais, afirmando que “é preciso usar a tecnologia a nosso favor, pois ela é um facilitador e precisamos todos nos ajustar aos novos tempos”.

Velten, no entanto, lembrou que é preciso caminhar com sabedoria, estabelecendo as ações com base no planejamento contínuo, no diálogo permanente e atento a cada realidade, nas mais diferentes comarcas. Disse que a Sejud já é um modelo futurista de gestão de secretaria judicial e defendeu a gestão de unidades regionalizadas.

Magistrados elogiaram a rápida adaptação do Judiciário maranhense nos tempos de pandemia e relataram que as audiências por videoconferência já se incorporaram ao Sistema de Justiça. A juíza Rosa Maria relatou que presidiu uma audiência em que a parte se recuperava em casa, após alta hospitalar, mas que fez questão de participar da audiência. “Tudo por videoconferência. Se fosse presencial, a audiência ficaria prejudicada”, afirmou.

Procedimentos na área criminal também foram debatidos durante a visita técnica, especialmente na dificuldade de apresentação de presos em plantões e no recambiamento destes entre Teresina e Timon.

Por onde as visitas são realizadas, a magistratura tem avaliado positivamente a iniciativa da Corregedoria. De acordo com os magistrados de Timon, o diálogo possibilita um olhar mais próximo da realidade e estimula a magistratura a fazerem mais pelos usuários dos serviços da Justiça.

A juíza diretora do Fórum, Raquel Teles de Menezes, agradeceu a abertura para o diálogo e o acolhimento dos pleitos da categoria. Já o presidente da Associação dos Magistrados, juiz Holidice Barros, afirmou que a Corregedoria vem realizando um excelente trabalho ao se propor ouvir a magistratura dentro do seu espaço de trabalho, dialogar e propor soluções conjuntas.

A reunião em Timon contou com as presenças dos juízes auxiliares Nilo Ribeiro e Gladiston Cutrim, que compõem a comitiva da Corregedoria, além dos juízes da Comarca José Elismar, Rogério Monteles, Simeão Pereira, Edimilson Lima, Susi Ponte, Rosa Maria e Josemilton Barros.

EFICIÊNCIA

As visitas técnicas são realizadas dentro de uma perspectiva de eficiência da gestão pública, amparada no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, da Agenda 2030 das Nações Unidas, que visa à promoção de instituições mais eficazes, resolutivas e promotoras da paz social.

Pautada nessa premissa, a visita técnica também foi realizada nos três cartórios da Comarca. Uma equipe técnica verificou procedimentos de rotina nas serventias extrajudiciais, como o lançamento de informações nos sistemas de informática, a obediência a legislação, estrutura de trabalho, a guarda de livros, a qualidade do atendimento, conforto e acessibilidade para o usuário. As informações são do TJMA.

Biometria neonatal é apontada como solução para sub-registro pelo Judiciário.

As políticas públicas de enfrentamento à subnotificação do registro civil no Brasil estão em debate durante a “Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro 2021”, que acontece nesta terça e quinta-feira, 25 e 26 de outubro, em São Luís, com a participação de magistrados, registradores civis e servidores do Poder Judiciário, com transmissão aberta e gratuita pela plataforma youtube.

A Semana é promovida pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), por meio do Núcleo de Registro Civil, com o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Escola da Magistratura do Maranhão (ESMAM), Governo do Estado e Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN). No primeiro dia do evento, o representante do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, apontou a biometria neonatal como solução para o enfrentamento do sub-registro.

Na abertura dos trabalhos, o presidente do TJMA ressaltou o compromisso do Poder Judiciário com a causa do registro civil e resgate da cidadania dos maranhenses sem o Registro Civil e reafirmou o apoio à CGJ-MA no empenho em favor do combate ao sub-registro. “É um compromisso que me empolga demais, esse de resgatar a cidadania esquecida e tirar as pessoas da invisibilidade”, destacou.

O corregedor geral da Justiça participou da solenidade por meio virtual, da cidade de Timon, onde participou do ato de instalação da 3ª Vara Criminal e Central de Mandados da comarca e destacou que o Poder Judiciário do Maranhão deixará um legado importante ao combate ao sub-registro no Estado. “Sabemos que há um envolvimento de todos, hoje, para a criação de um registro único e nacional, que será um documento de identificação do brasileiro, a partir do qual todos os demais serviços públicos serão prestados. Portanto, se nós queremos levar dignidade e acesso a todos os rincões do Brasil, temos de nos empenhar, o máximo, para erradicar o sub-registro”, ressaltou.

O secretário de Estado de Cidadania e Direitos Humanos, Francisco Gonçalves, frisou que a documentação civil garante condições para cidadãos acessarem as políticas públicas e a negação desse direito compromete o acesso às condições básicas de exercício da cidadania. “Por isso, o esforço coordenado pelo Tribunal de Justiça, de mobilização e combate ao sub-registro civil, cumpre um papel fundamental no combate às desigualdades no nosso Estado e no Brasil”, disse.

BIOMETRIA NEONATAL

Primeiro palestrante do evento, o diretor do Departamento de Promoção e Educação do Ministério da Mulher do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), Jailton Nascimento, falou sobre “Biometria Neonatal”, projeto em desenvolvimento por uma rede institucional que envolve cerca de 40 órgãos.

O diretor explicou que o fluxo de sub-notificação é gerado a cada vez que a mãe sai do hospital com a

Declaração de Nascido Vivo (DNV) e não efetua o registro civil do recém-nascido, o que gera, a cada ano, cerca de 70 mil casos de sub-registros no Brasil, montante que se acumula e forma um estoque de pessoas não documentados, ao longo do tempo.

Para enfrentar essas duas realidades e diminuir o impacto do sub-registro, o diretor propôs o diálogo com os institutos de identificação com competência para identificar cidadãos, por meio de uma documentação que contenha, além dos dados biográficos, o detalhamento biométrico das pessoas, com foto e biometria. O plaestrante informou estar em construção uma solução de coleta de dados da biometria neonatal das crianças, conciliada com a biometria da mãe, nas maternidades do país, onde nascem 98% das crianças brasileiras, de forma a obter dados individualizados, no momento do nascimento.

“O que propomos é que nesse modelo de nova arquitetura (da documentação), não dependamos de que a mãe ou o pai vá até o cartório para fazer o registro civil. (...) Isso deve acontecer, mas já poderíamos coletar dados essenciais, pelo menos para fazer uma busca ativa desses dados, para ter soluções diferentes das que temos hoje, como as unidades interligadas”, ressaltou.

REDE DE COMBATE AO SUB-REGISTRO

Dentre as experiências já em prática no Maranhão, as unidades interligadas emitem certidões de nascimento em parceria com os cartórios de registro civil das pessoas naturais, nos municípios. Por meio do Protocolo de Intenções 01/2020, a CGJ-MA criou a Rede de Combate ao Sub-registro no Maranhão, que já implementou a instalação de 68 UI no Estado do Maranhão. Participam da rede o Tjma, a CGJ-MA; Governo do Estado; Ministério Público; Defensoria Pública; Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) e ARPEN-MA.

A juíza corregedora da CGJ-MA, Jaqueline Caracas, coordenadora do Núcleo de Registro Civil da CGJ-MA, lembrou que a Semana integra o calendário do Poder Judiciário como uma das ações estratégicas de combate ao sub-registro no Estado. O evento contou com as presenças do desembargador Jorge Rachid (Núcleo Ambiental/TJMA); da procuradora-geral da Justiça em exercício, Lize Bradão; do procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia; do defensor público-geral, Alberto Bastos; da diretora da Escola da Defensoria Pública, Elaine Monteiro; do secretário-adjunto de Estado da Saúde, Valdy Ferreira; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holidice Barros.

Detinha reclama da operação policial na sua casa

Detinha defende o marido e a família e critica ação

A decisão judicial, tomada pelo desembargador Antônio Bayma, de suspender as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), que realizou uma operação de busca e apreensão na residência do deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL), suspeito de participar de um esquema de desvio de recursos de emendas parlamentares, repercutiu dentro e fora do meio político. A medida liminar devolveu ao parlamentar o gás que ele perdera com a chamada Operação Maranhão Nostrum. A retomada do ânimo do chefe maior do PL e controlador do Avante e do Patriota no Maranhão, foi expressada ontem pela deputada estadual Detinha (PL), que ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa para comunicar a decisão judicial que beneficiou seu marido, e aproveitar para dizer que o parlamentar foi vítima de uma grande injustiça. Ela disse que foi desrespeitada pelos policiais que entraram em sua casa, em Zé Doca, em busca de provas para o inquérito.

A deputada Detinha reclamou na tribuna que foi desrespeitada na Operação feita pelo Gaeco em sua residência, onde encontrava-se com os filhos. “Lavarem tudo o que quiseram e o que não deviam”, declarou, acrescentando: “Quem fez isso, sabia que não ia dar em nada”. A parlamentar fez a defesa do marido ao afirmar que, “durante os oito anos da administração como prefeito [do município de Maranhãozinho], a prestação de contas do Josimar sempre foi correta”.

E apontou a operação policial como “perseguição”, por conta da pré-candidatura de Josimar de Maranhãozinho na disputa para o Governo do Estado.

- Será que não temos direito? Será que não podemos lançar uma pré-candidatura a governador? Será que o Estado do Maranhão é um ambiente fechado, onde temos que pedir autorização para alguém? - indagou em tom de questionamento.

A deputada Detinha não fez referência ao motivo da Operação Maranhão Nostrum: um esquema milionário de desvio de recursos parlamentares envolvendo prefeituras, empresas de fachada e dezenas de pessoas envolvidas, incluindo prefeitos, empresários e o deputado Josimar de Maranhãozinho.

E um detalhe: a decisão do desembargador Bayma Araújo não extingue o inquérito nem põe fim às investigações.

Detinha conta detalhes da operação do Gaeco contra Maranhãozinho

26 de outubro de 2021

A deputada estadual Detinha (PL) usou a tribuna da Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema), nesta terça-feira (26), para falar do cancelamento de operação do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), órgão do Ministério Público contra o seu marido, o deputado Josimar de Maranhãozinho. A investigação apurava supostas fraudes em licitações de prefeituras maranhenses e tinha como alvo principal o parlamentar.

Por determinação da justiça, a operação foi cancelada e reforçou a tese do casal de deputados de que estariam sofrendo perseguição política.

Da tribuna, Detinha descreveu a cena da operação e ressaltou a surpresa por, na madrugada, ter helicóptero e policiais armados em sua casa. “Eu estava com roupa de dormir e disseram que eu tinha que abrir porque, senão, iam derrubar a porta da minha casa. Estavam na minha casa, sabendo que eu estava sozinha com meus filhos. Levaram o que quiseram e o que não deviam. Quem fez isso, sabia que não ia dar em nada”, supôs a deputada. Defendeu o marido ao afirmar que, “durante os oito anos da administração como prefeito [do município de Maranhãozinho], a prestação de contas do Josimar sempre foi correta”. Ela atribui uma suposta “perseguição” à entrada de Josimar na disputa pelo governo, nas eleições de 2022.

“Será que não temos direito? Será que não podemos lançar uma pré-candidatura a governador? Será que o Estado do Maranhão é um ambiente fechado, onde temos que pedir autorização para alguém?”, questionou.

Afronta e arbitrariedade

Para a deputada, a ação policial foi uma afronta. “Como mulher, da forma que foi, da forma agressiva, da forma desrespeitosa que entraram na minha casa, em Zé Doca, quebraram abajur, quebraram cadeiras, quebraram portas e eu fiquei aguardando mais alguma coisa que poderia vir. O que aconteceu comigo foi realmente uma falta de respeito”, disse, indignada.

Deputado Josimar do Maranhãozinho, vem com tudo para disputar o governo do Maranhão em 2022

Deputado Federal Josimar do Maranhão sairá candidato ao governo do Maranhão em 2022. DIZ FVN. Uma FVN aliada ao deputado federal Josimar do Maranhãozinho, em contato com o Núcleo de Inteligência SJNOTÍCIASMA garantiu a nossa reportagem, na noite da de ontem(23), que o deputado, não teme as ameaças dos seus adversários políticos e diz que vai enfrentar as feras do governo do Maranhão e vai sair candidato ao governo do Estado nas eleições 2022.

A fonte falou: O que está acontecendo é que os adversários de Josimar do Maranhãozinho, estão se tremendo na base e querem a todo custo denegrir a sua imagem diante da opinião pública.

Falou que durante estes quatro anos como deputado federal, o parlamentar fez mais pelo o Maranhão do que Flávio Dino como governador do Maranhão.

Quanto as denúncias a sua pessoa, são denúncias vazias, sem contundência, é sem procedência. Tanto que o próprio TJ/MA, anulou toda a Operação Maranhão Nostrum GAECO/MPMA, determinando inclusive determinado a devolução dos bens e matérias apreendidos na residência do parlamentar. Disse a FVN. A FVN falou que o Moral da BR, vem com tudo para ganhar as eleições 2022. A cada encontro que faz com prefeitos do interior maranhense, aumenta a adesão a sua candidatura ao governo do Maranhão.

Não vai ser fácil para Josimar do Maranhãozinho, ganhar as eleições, para o Governo do Maranhão em 2022, mas não é impossível com a ajuda dos aliados ao deputado e acima de tudo com a ajuda do povo do Maranhão, Josimar do Maranhãozinho será eleito governador do Maranhão. Conclui!

TJMA lamenta morte do Desembargador Arthur Almada Lima Filho

O Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Lourival Serejo, em nome dos demais desembargadores membros da Corte, vem externar profundo pesar pela perda do desembargador, educador, escritor, pesquisador da História e Cultura caxienses, fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, Arthur Almada Lima Filho.

O Desembargador Lourival Serejo presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento de Arthur Almada Lima Filho, solidarizando-se com seus familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

Sobre Arthur

O corpo do caxiense Arthur Almada Lima Filho será cremado, como era da vontade dele e as cinzas, atendendo também seu pedido, serão lançadas no Morro do Araim, próximo à BR-316, em Caxias, em data ainda a ser confirmada. Esse morro é local onde, na infância, Arthur Almada e irmãos brincavam.

Ele deixa cinco filhos e nove netos e viúva, a professora universitária Antônia Miramar Alves Silva (UEMA).

Desembargador aposentado Arthur Almada Lima morre em São Luís aos 92 anos

Fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, Arhur deixa cinco filhos, nove netos e esposa.

Desembargador Arthur Almada Lima Filho faleceu em São Luís (Foto: Reprodução)

Morreu em São Luís, nesta quarta-feira, 27, o desembargador aposentado Arthur Almada Lima Filho, aos 92 anos, vítima de problemas cardiorrespiratórios.

Arthur Almada Lima Filho nasceu em Caxias (MA), em 17 de outubro de 1929. O corpo será cremado, atendendo a desejo pessoal manifestado há muito tempo. As cinzas, também a pedido, serão lançadas no Morro do Araim, próximo à BR-316, em data ainda a ser confirmada.

Desembargador, educador, escritor, pesquisador da História e Cultura caxienses, fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, Arhur Almada Lima Filho deixa cinco filhos, nove netos e esposa, a professora universitária Antônia Miramar Alves Silva (UEMA).

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias morre aos 92 anos

Corpo será cremado, atendendo a desejo pessoal manifestado há muito tempo.

Por: Edmilson Sanches | Data: 27/10/2021 07:35 - Atualizado em 27/10/2021 07:37

Compartilhar

Vítima de problemas cardiorrespiratórios, faleceu em São Luís, próximo às 5h da manhã desta quarta-feira (27), Arhur Almada Lima Filho, desembargador, educador, escritor, pesquisador da História e Cultura caxienses, fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias. Deixa cinco filhos e nove netos e viúva, a professora universitária Antônia Miramar Alves Silva.

Arthur Almada Lima Filho nasceu em em Caxias em 17 de outubro de 1929. O corpo será cremado, atendendo a desejo pessoal manifestado há muito tempo. As cinzas, atendendo também a pedido, serão lançadas no Morro do Araim, próximo à BR-316, em Caxias, em data ainda a ser confirmada. Esse morro é local onde, na infância, Arthur Almada e irmãos brincavam.

Arthur Almada Lima, presidente do IHGC morre aos 92 anos

O corpo será cremado, atendendo a desejo pessoal.

Por: Da redação

27 de Outubro de 2021

Morreu na manhã desta quarta-feira (27) em São Luís, o desembargador, educador, escritor, pesquisador Arthur Almada Lima Filho, aos 92 anos. Ele foi vítima de problemas cardiorrespiratórios, deixa cinco filhos e nove netos e viúva, a professora universitária Antônia Miramar Alves Silva.

Arthur Almada Lima Filho Nasceu em em Caxias em 17 de outubro de 1929. Foi um grande pesquisador da História e Cultura caxienses, fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (IHGC).

O corpo será cremado, atendendo a desejo pessoal manifestado há muito tempo. As cinzas, atendendo também a pedido, serão lançadas no Morro do Araim, próximo à BR-316, em Caxias, em data ainda a ser confirmada. Esse morro é local onde, na infância, Arthur Almada e irmãos brincavam.

Instituições firmam Protocolo contra violência de gênero em Timon

Nessa segunda-feira (25), representantes de instituições que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Timon participaram de solenidade de assinatura de Protocolo de Intenções que objetiva propor, articular, monitorar e avaliar políticas públicas de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher a partir de ações que venham a diminuir a incidência da violência de gênero em Timon.

Participaram da Mesa do evento o desembargador Cleones Carvalho Cunha, coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher (CEMULHER/TJMA); as juízas Raquel Castro Teles de Meneses, diretora do Forum de Timon; Lucia Helena Heluy da Silva, da 2ª Vara da Mulher de São Luís e Marcela Santana Lobo, da 3ª Vara Criminal de Caxias; o juiz José Elismar Marques, da competência da Lei Maria da Penha em Timon; a presidente da OAB/MA, subseção de Timon, Fernanda Beatriz Castro; a secretária municipal da Mulher de Timon, Kellyane Lima Monteiro Gedeon; a prefeita de Timon, Dinair Veloso; a defensora pública de Timon Creusa Maria Lopes; e a presidente da Comissão da Mulher e Advogada da OAB/MA, subseção de Timon, Amanda Almeida Waquim.

De acordo com o documento, a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Timon tem por objetivo, articular, monitorar e avaliar políticas, programas, serviços e ações de melhoria e aperfeiçoar o atendimento integral devido às mulheres em situação de violência, bem como planejar, em conjunto, propostas que contribuam para alterar o quadro das desigualdades sociais, de gênero e étnico-raciais, a fim de reduzir os indicadores de violência que atinge as mulheres, envolvendo setores públicos, organizações da sociedade civil e sociedade em geral.

Também são objetivos da Rede acompanhar e avaliar as ações dos órgãos públicos que atuam no enfrentamento da violência contra a mulher, refletindo e sugerindo mecanismos para aperfeiçoar os serviços e o atendimento às mulheres; favorecer a formação continuada dos/as profissionais que atuam nas instituições e entidades que lidam diretamente com a violência de gênero, visando sua sensibilização e qualificação técnica e política referente a esta temática; sensibilizar a sociedade a respeito da questão da violência contra a mulher, a partir da implementação de ações pela Rede voltadas para o enfrentamento da violência de gênero. "Contribuir para a formação da opinião pública acerca das questões de gênero e étnico-raciais, na perspectiva de mudar a visão conservadora dos papéis feminino e masculino na sociedade; e potencializar as ações das instituições e entidades que compõem a Rede através da captação de recursos", cita o Protocolo.

Com a assinatura do Protocolo de Intenções, a CEMULHER do TJMA, coordenada pelo desembargador Cleones Cunha, objetiva promover ações que fazem parte da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres pelo Poder Judiciário, instituída pelo CNJ (Resolução nº 254, de 04.09.2018); e atender todo o estado do Maranhão, oferecendo um conjunto de ferramentas para o combate à violência doméstica e familiar através da articulação com a Rede de Enfrentamento à violência contra a Mulher.

Também realizaram a assinatura do Protocolo de Intenções com objetivos específicos definidos a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Maranhão, Subseção de Timon, através da Comissão da Mulher e da Advogada; o Ministério Público Estadual; a Defensoria Pública do Estado; a Câmara Municipal de Timon; o Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Maranhense São José dos Cocais; o Hospital e Maternidade Alarico Nunes Pacheco; as Secretarias Municipais de Políticas Públicas (SMPM); de Direitos

Humanos e Cidadania (SEMDHC); Educação (SEMED); de Saúde (SEMUS); e de Desenvolvimento Social (SEMDES); a Aliança de Ministros evangélicos - AMET; a Igreja Católica e o Instituto Médico Legal.

Justiça institui campanha em combate à violência sexual infantil em Balsas

27/10/2021 04:01:00

O Poder Judiciário do Maranhão e o Ministério Público Estadual (MPMA) lançaram a campanha "Bela Infância", no município de Balsas (MA), com a assinatura de carta de compromisso em prol do cumprimento do protocolo integrado de atenção às crianças e adolescentes, na última sexta-feira (22), na universidade Unibalsas.

O presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), desembargador José Ribamar Castro, representou a Corte Estadual de Justiça. "É prioridade absoluta enfrentarmos a exploração sexual de crianças e adolescentes, propiciando o amparo e o respeito à dignidade das vítimas dos abusos", afirmou.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau ressaltou o esforço conjunto das instituições em defesa da dignidade das crianças e adolescentes de Balsas. "Todas as instituições trabalhando com afinco, ao lado da sociedade, irão colaborar para a redução dessa violência absurda contra aqueles que serão o futuro do país", enfatizou.

A solenidade contou com a presença de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (subseção de Balsas), Defensoria Pública do Estado, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, CREAS, Prefeitura e Câmara de Vereadores de Balsas.

Na ocasião, o desembargador Ribamar Castro reuniu-se, ainda, com o juiz Rafael Felipe de Souza Leite (titular da 3ª Vara de Balsas), a juíza Nirvana Maria Mourão Barroso (Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas) e a equipe multiprofissional do Fórum, para dialogar sobre as questões atinentes à área e discutir possíveis ações em conjunto, visando fortalecer os projetos da CIJ no Sul do Maranhão.

CARTA-COMPROMISSO

Durante o evento, o juiz Douglas Lima da Guia fez a leitura da carta-compromisso e do protocolo integrado de atenção às vítimas de violência sexual, pelo qual as autoridades signatárias comprometem-se a fazer cumprir o referido protocolo, "efetivando-se medidas concretas de implementação, manutenção e efetivação da garantia de direitos".

A carta foi assinada pelos representantes das instituições parceiras, que são: o prefeito Érick Augusto Silva; vereador Moisés Coelho (presidente da Câmara de Vereadores); o defensor público Magdiel Pacheco Santos (do Núcleo da Criança e do Adolescente); advogado José Afonso Bezerra Júnior (pres. da subseção da OAB); inspetor Marcelo José da Silva (da 5ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal); delegado regional da Polícia Civil Fagno Vieira; major Willys do Nascimento (comandante do 4º Batalhão de Bombeiros Militar); Mizaél Martins (comandante da Guarda Municipal de Balsas) e o conselheiro tutelar Jango Ferreira.

CONCURSO ARTÍSTICO-LITERÁRIO

Durante a solenidade estudantes de escolas da rede municipal de Balsas foram premiados pelos seus trabalhos de redação, músicas, poesias e outras manifestações artísticas com enfoque sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Participaram da premiação alunos na faixa etária de 10 a 14 anos das escolas Eliezilda Coelho Rocha, Agostinho Neves e Raimundo Pereira da Silva (zona rural do município). Os escolhidos receberam notebooks como prêmio.

ALERTA

Conforme o alerta do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), devido à crise de saúde causada pela Covid-19 e ao fechamento de escolas e outros locais, as crianças estão mais vulneráveis à violência durante a pandemia. Por consequência, o número de denúncias também diminuiu.

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias morre aos 92 anos

27/10/2021 08:08:47

Vítima de problemas cardiorrespiratórios, faleceu em São Luís, próximo às 5h da manhã desta quarta-feira (27), Arthur Almada Lima Filho, desembargador, educador, escritor, pesquisador da História e Cultura caxienses, fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias. Deixa cinco filhos e nove netos e viúva, a professora universitária Antônia Miramar Alves Silva.

Arthur Almada Lima Filho nasceu em em Caxias em 17 de outubro de 1929. O corpo será cremado, atendendo a desejo pessoal manifestado há muito tempo. As cinzas, atendendo também a pedido, serão lançadas no Morro do Araim, próximo à BR-316, em Caxias, em data ainda a ser confirmada. Esse morro é local onde, na infância, Arthur Almada e irmãos brincavam.

Fonte: Portal Noca

Justiça institui campanha em combate à violência sexual infantil em Balsas

A solenidade de lançamento aconteceu na Unibalsas - Foto: Divulgação: MPMA

O Poder Judiciário do Maranhão e o Ministério Público Estadual (MPMA) lançaram a campanha “Bela Infância”, no município de Balsas (MA), com a assinatura de carta de compromisso em prol do cumprimento do protocolo integrado de atenção às crianças e adolescentes, na universidade Unibalsas.

O presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), desembargador José Ribamar Castro, representou a Corte Estadual de Justiça. “É prioridade absoluta enfrentarmos a exploração sexual de crianças e adolescentes, propiciando o amparo e o respeito à dignidade das vítimas dos abusos”, afirmou.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau ressaltou o esforço conjunto das instituições em defesa da dignidade das crianças e adolescentes de Balsas. “Todas as instituições trabalhando com afinco, ao lado da sociedade, irão colaborar para a redução dessa violência absurda contra aqueles que serão o futuro do país”, enfatizou.

A solenidade contou com a presença de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (subseção de Balsas), Defensoria Pública do Estado, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, CREAS, Prefeitura e Câmara de Vereadores de Balsas.

Na ocasião, o desembargador Ribamar Castro reuniu-se, ainda, com o juiz Rafael Felipe de Souza Leite (titular da 3ª Vara de Balsas), a juíza Nirvana Maria Mourão Barroso (Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas) e a equipe multiprofissional do Fórum, para dialogar sobre as questões atinentes à área e discutir possíveis ações em conjunto, visando fortalecer os projetos da CIJ no Sul do Maranhão.

CARTA-COMPROMISSO - Durante o evento, o juiz Douglas Lima da Guia fez a leitura da carta-compromisso e do protocolo integrado de atenção às vítimas de violência sexual, pelo qual as autoridades signatárias comprometem-se a fazer cumprir o referido protocolo, “efetivando-se medidas concretas de implementação, manutenção e efetivação da garantia de direitos”.

A carta foi assinada pelos representantes das instituições parceiras, que são: o prefeito Érick Augusto Silva; vereador Moisés Coelho (presidente da Câmara de Vereadores); o defensor público Magdiel Pacheco Santos (do Núcleo da Criança e do Adolescente); advogado José Afonso Bezerra Júnior (pres. da subseção da OAB); inspetor Marcelo José da Silva (da 5ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal); delegado regional da Polícia Civil Fagno Vieira; major Willys do Nascimento (comandante do 4º Batalhão de Bombeiros Militar); Mizael Martins (comandante da Guarda Municipal de Balsas) e o conselheiro tutelar Jango Ferreira.

CONCURSO ARTÍSTICO-LITERÁRIO - Durante a solenidade estudantes de escolas da rede municipal de Balsas foram premiados pelos seus trabalhos de redação, músicas, poesias e outras manifestações artísticas com enfoque sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Participaram da premiação alunos na faixa etária de 10 a 14 anos das escolas Eliezilda Coelho Rocha, Agostinho Neves e Raimundo Pereira da

Silva (zona rural do município). Os escolhidos receberam notebooks como prêmio.

ALERTA - Conforme o alerta do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), devido à crise de saúde causada pela Covid-19 e ao fechamento de escolas e outros locais, as crianças estão mais vulneráveis à violência durante a pandemia. Por consequência, o número de denúncias também diminuiu.

Aos 92 anos, morre o desembargador Arthur Almada Lima

O desembargador aposentado Arthur Almada Lima Filho, de 92 anos, morreu vítima de problemas cardiorrespiratórios na manhã desta quarta-feira (27), na capital maranhense, São Luís.

O ilustre caxiense atuou ao longo da sua carreira como desembargador, educador, escritor, pesquisador, reitor, além de fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias.

O corpo será cremado atendendo um desejo pessoal do desembargador manifestado há muito tempo. As cinzas serão lançadas no Morro do Araim, próximo à BR-316, em Caxias, em data ainda a ser confirmada. Esse morro é o local, onde Arthur Almada e seus irmãos brincavam na infância.

Arthur Almada deixa cinco filhos, nove netos e viúva, a professora universitária Antônia Miramar Alves Silva (UEMA).